

**Ministério da Integração Nacional****SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO  
E DEFESA CIVIL****PORTARIA Nº 199, DE 6 DE OUTUBRO DE 2015**

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Aramari	Enxurradas - 1.2.2.0.0	040/2015	19/05/15	59050.000640/2015-61
BA	Formosa do Rio Preto	Estiagem - 1.4.1.1.0	390	31/07/15	59505.6000018/2015-90
PR	Planalto	Vendaval - 1.3.2.1.5	4215	08/09/15	59508.6000069/2015-64
RS	Sapiranga	Enxurradas - 1.2.2.0.0	5661/2015	22/07/15	59508.6000041/2015-27
SC	Campo Erê	Granizos - 1.3.2.1.3	794	08/09/15	59508.6000068/2015-10
SC	Chapecó	Enxurradas - 1.2.2.0.0	31.191	14/07/15	59508.6000061/2015-06

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

**SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO  
DA AMAZÔNIA****RESOLUÇÃO Nº 35, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015**

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, II, XVII do anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014 e o art. 10, II, XVII do Regimento Interno da Sudam, resolve:

Art. 1º - Indeferir o pleito de Redução Fixa de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ e adicionais não-restituíveis, objeto do Processo nº CUP: 59004/000328/2015-23, referente ao projeto técnico-econômico da modalidade Implantação, apresentado pela empresa Construtora Norberto Odebrecht S/A, CNPJ nº 15.102.288/0363-73, localizada à Fazenda Rosa Branca, s/n, Gleba Mandacaru, CEP 78.590-000, Bairro Zona Rural, município de Paranaita, Estado do Mato Grosso, com base no Parecer Técnico 28/2015, não reconhecendo-lhe o direito ao incentivo, em observância à legislação em vigor, especialmente, ao Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002 e ao Capítulo III da Portaria nº 283/2013 do Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

INOCÊNCIO RENATO GASPARIM  
Superintendente  
Em exercício

FÁTIMA LÚCIA PELAES  
Diretora de Administração

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS  
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

**RESOLUÇÃO Nº 36, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015**

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, II, XVII do anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014 e o art. 10, II, XVII do Regimento Interno da Sudam, resolve:

Art. 1º - Indeferir o pleito de Redução Fixa de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica-IRPJ e adicionais não-restituíveis, objeto do Processo nº CUP 59004/000373/2015-88, referente ao projeto técnico-econômico da modalidade Implantação, apresentado pela empresa Construtora Norberto Odebrecht S/A, CNPJ nº 15.102.288/0309-28, localizada à Estrada Canteiro de Obra da UHE Santo Antônio, s/n, sala 09, CEP 76.805-812, Bairro Zona Rural, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, com base no Parecer Técnico 31/2015, não reconhecendo-lhe o direito ao incentivo, em observância à legislação em vigor, especialmente, ao Decreto nº 4.212, de 26 de abril de 2002 e ao Capítulo III da Portaria nº 283/2013 do Ministério da Integração Nacional.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

INOCENCIO RENATO GASPARIM  
Superintendente  
Em exercício

FÁTIMA LÚCIA PELAES  
Diretora de Administração

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS  
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

**RESOLUÇÃO Nº 37, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015**

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º, II, XVII do anexo I, do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014 e o art. 10, II, XVII do Regimento Interno da Sudam, resolve:

Art. 1º Aprovar o Parecer Técnico CGIF/SUDAM Nº 030/2015, considerando o pedido de desistência do benefício do Reinvestimento, relativo aos anos-calendário 2013 e 2012, objeto do Processo CUP nº 59004/000349/2015-49, de interesse da Empresa DIGITRON DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A - CNPJ Nº 84.489.988/0001-94, referente ao depósito efetuado no Banco da Amazônia S/A, que totalizam o montante de R\$ 1.139.746,99 (hum milhão, cento e trinta e nove mil, setecentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos), sendo R\$ 759.831,34 (setecentos e cinquenta e nove mil, oitocentos e trinta e um reais e trinta e quatro centavos) aos cofres da União e R\$ 379.915,65 (trezentos e setenta e nove mil, novecentos e quinze reais e sessenta e cinco centavos), a empresa, devidamente atualizados pela Taxa Extra-Mercado do Banco Central do Brasil, conforme o que preceitua o art. 36 da Portaria nº 283/2013 do Ministério da Integração Nacional e o Art. 10 da Lei nº 10.177/2001, com base no parágrafo 3º do artigo 19 da Lei nº 8.167/91, que reconhece o direito à referida devolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

INOCÊNCIO RENATO GASPARIM  
Superintendente  
Em exercício

FÁTIMA LÚCIA PELAES  
Diretora de Administração

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS  
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

**RESOLUÇÃO Nº 38, DE 1º DE OUTUBRO DE 2015**

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA - Sudam, com base no disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, III do anexo I do Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014 e, em obediência ao art. 48, XIII do Regimento Interno da Sudam, resolve:

Art. 1º- Estabelecer critérios para enquadramento nos objetivos estratégicos da Sudam as propostas que visem à celebração de termos de cooperação, convênios e instrumentos congêneres em análise nessa autarquia para cumprimento das atribuições regimentais da Coordenação Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável-COGID, na forma do Anexo I desta Resolução.

Art. 2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

INOCÊNCIO RENATO GASPARIM  
Superintendente  
Em exercício

FÁTIMA LÚCIA PELAES  
Diretora de Administração

KEILA ADRIANA RODRIGUES DE JESUS  
Diretora de Planejamento e Articulação de Políticas

**ANEXO I****CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO DE PLEITOS AOS  
OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DA SUDAM NA ÁREA DE COM-  
PETÊNCIA DA COGID**

Art. 1º Serão enquadrados no objetivo de "Atrair investimentos e fortalecer cadeias e arranjos produtivos locais (APLs) na Amazônia, com geração de emprego e renda, articulando-os a projetos estruturadores", as propostas cujos objetos e objetivos estiverem correlacionados a:

I - Apoio ao pequeno produtor e comunidades, incluindo a aquisição de máquinas, implementos, ferramentas e utensílios agrícolas; aquisição de veículos; máquinas e equipamentos para processamento; construções rurais;

II - Capacitação voltada ao fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos locais (APLs) na Amazônia facilitando a geração de emprego e renda;

III - Recuperação de áreas degradadas que incluam como etapa final a produção agrícola de ciclo curto ou longo, pecuária, utilização de Sistemas Agroflorestais ou outros tipos de consorciação, combinadas as atividades ou não;

IV - Implantação de Sistemas Agroflorestais;

V - Apoio a sistemas extrativistas sustentáveis;

VI - Apoio ao turismo sustentável, incluindo ações voltadas ao estudo, mapeamento, promoção, capacitação e qualificação dos serviços; investimento em infraestrutura visando a inserção dos municípios da Amazônia legal no mercado local, regional, nacional e internacional;

VII - Patrocínios de eventos e publicações cujas temáticas estejam relacionadas ao objetivo estratégico do caput e de seus incisos.

Art. 2º Serão enquadrados no objetivo de "Promover o fortalecimento e a ampliação do sistema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) na Amazônia" as propostas cujos objetos e objetivos estiverem correlacionados a:

I - Investimento em infraestrutura tecnológica, incluindo construção, implantação, modernização de laboratórios, aquisição de equipamentos, utensílios e reagentes para laboratórios;

II - Capacitação em nível de pós-graduação com o objetivo de promover o fortalecimento e a ampliação do sistema de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) na Amazônia.

Art. 3º Serão enquadrados no objetivo de "Ampliar e qualificar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) na Amazônia, em especial na formação de mestres e doutores" as propostas cujos objetos e objetivos estiverem correlacionados a:

I - Pesquisa básica e aplicada cujas temáticas estejam relacionadas a algum dos demais objetivos estratégicos, incluindo a aquisição de equipamentos, utensílios e reagentes específicos quando previstos;

II - Patrocínios de eventos e publicações cujas temáticas estejam relacionadas à ciência, tecnologia e inovação (C,T&I) na Amazônia;

III - Levantamentos sócio-econômicos com análise dos dados.

Art. 4º Serão enquadrados no objetivo de "Promover a integração econômica intra e inter-regional na Amazônia" as propostas cujos objetos e objetivos estiverem correlacionados a:

I - Apoio à articulação entre órgãos com o objetivo de promover a integração sócio-econômica intra e inter-regional na Amazônia;

II - Investimentos em infraestrutura ou ações que promovam a integração econômica entre no mínimo dois municípios num mesmo estado da Amazônia.

III - Investimentos em infraestrutura ou ações que promovam a integração econômica entre no mínimo dois estados da Amazônia;

IV - Capacitação voltada à promoção da integração econômica intra e inter-regional na Amazônia;

V - Zoneamentos;

VI - Patrocínios de eventos e publicações cujas temáticas estejam relacionadas ao objetivo estratégico do caput e de seus incisos.

Art. 5º Serão enquadrados no objetivo de "Promover a expansão da infraestrutura produtiva, urbana e social da Amazônia" as propostas cujos objetos e objetivos estiverem correlacionados a:

I - Investimentos em infraestrutura, tais como construção ou recuperação de feiras, mercados, escolas, hospitais, unidades de saúde, terminais de cargas e de passageiros, etc; pavimentação e recuperação de ruas, abertura de estradas e ramais; construção de casas ou centros de apoio ou atendimento ao cidadão, centros culturais e de convenções e a aquisição de veículos de apoio à infraestrutura;

II - Capacitação voltada a promover a expansão da infraestrutura produtiva, urbana e social da Amazônia, incluindo a capacitações de técnicos e gestores na elaboração e gestão de planos e/ou projetos territoriais;

III - Patrocínios de eventos e publicações cujas temáticas estejam relacionadas ao objetivo estratégico do caput e de seus incisos.

Art. 6º Serão enquadrados no objetivo de "Reduzir a vulnerabilidade a desastres na Amazônia por meio de políticas de prevenção" as propostas cujos objetos e objetivos estiverem correlacionados a:

I - Investimento em infraestrutura de prevenção e desenvolvimento de sistemas de alerta, incluindo a disponibilização de recursos para construção, recuperação ou ampliação de infraestruturas; Aquisição ou desenvolvimento de softwares; aquisição de máquinas, equipamentos e veículos;